

ATA 06

Ata 06/2010 – Aos cinco dias do mês de Maio de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na Central dos Conselhos, sito a Rua Sete de Setembro, mil cento e trinta e quatro, Centro, Toledo, Paraná, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) para reunião ordinária, contando com a presença dos seguintes conselheiros: Maria de Lurdes de Oliveira Silveira, Solange Silva dos Santos Fidélis, Maria Inês Borges Mânica, Ruth Lemes Palma, Andréia Paula Tadiotto, Patrícia Ortigoza Chaves, Antônio Teixeira dos Santos, Celito Francisco Zanon Rossato, Lauro Edvino dos Santos, Elisabete Medeiros Backes, Alexandre Helfer, Felipe Hofstatter Zanini, Ottilia Grígolo Friedrich, Simone Beatriz Ferrari, Diomedes Cupertini, Loiva Fátima Bortolanza, Ivone Laguna Abreu, Renate Neumann Schewe Cardoso, Rosana A. P. Franco dos Santos, Rejane Linck Neumann, Sandra Cordeiro Muniz, Valdair Alberton Baggio, Ires Damian Scuzziato, Dália Elias de Carvalho, Márcia Fath, Jarbas Luiz Lopes e os participantes, Jaqueline Maria Heck, Idiane Fátima Hermes, Jaqueline Budny, Vagner Nunes, Patricia Bilibio, Mabilie Caetano Cazela, Fabiana Aparecida Bancki, Jessica M. Schleckmann Back, Josiane Marcela A. Silva, Mirian Pereira, Patricia Borille, Carolina Marcon Portes, Tais Aline Scherer e Rosiany Favareto. A presidente do CMAS, Maria Inês B. Mânica, saudou os conselheiros presentes e apresentou a pauta do dia: a) Apreciação e aprovação da Ata 04/2010; b) Correspondências expedidas e recebidas; c) Relato das Comissões; d) Análise e reformulação do Plano de Monitoramento e Avaliação: Indicação de membros para compor o grupo de trabalho junto à Gestão; e) Política Municipal de Assistência Social: Indicação de membros para compor grupo de trabalho junto à Gestão; f) Apresentação e aprovação da LDO 2011; g) Capacitação dos conselheiros; h) Informes Gerais. Em seguida, pede a inclusão de mais dois pontos de pauta: apresentação da equipe do CREAS II e apresentação sobre segurança alimentar por Felipe H. Zanini da Secretaria de Agropecuária e Abastecimento. Na sequência, a Diretora de Gestão e conselheira, Maria de Lurdes Silveira, apresenta as técnicas do CREAS II, que trabalharão com indivíduos com Direitos Violados: Sandra Cordeiro Muniz – Assistente Social e Suzane Fontana – Psicóloga e justifica que o auxiliar administrativo não se encontra presente por estar hospitalizado e que na próxima semana iniciarão os trabalhos de atendimento ao público. A assistente social Sandra C. Muniz diz que na próxima reunião do CMAS a equipe técnica irá apresentar o projeto do CREAS II. O conselheiro Lauro Edvino dos Santos faz a chamada na lista de presença para verificar quórum para iniciar a reunião. No item A da pauta, a presidente Maria Inês B. Mânica apresenta a ata 04/2010, a qual foi enviada por e-mail aos conselheiros, sendo aprovada por unanimidade. No item B da pauta, Tania Midding apresenta as correspondências recebidas: ofícios 90 e 91/2010 da APAE justificando a ausência das conselheiras Lucimar R. Vieira e Roseli T. Gass nesta reunião ordinária; nas expedidas a declaração de aptidão das entidades para receberem os produtos do Programa Compra Direta e Declaração de que o processo de renovação de registro da entidade Aldeia Infantil Betesda encontra-se em análise por este Conselho. No item C da pauta, a conselheira Solange Fidélis relata que a comissão técnica analisou três processos de renovação de registro, frisa que o da APMF da Escola Anita Garibaldi já foi entregue à comissão de fiscalização para dar andamento ao processo e outros dois, sendo o do PROVOPAR e da APM da Escola Nossa Senhora das Graças de Ouro Preto, foram identificados que estavam vencidos há mais de sessenta dias,, para tanto será necessário que estas entidades solicitem novo pedido de registro junto ao CMAS, conforme prevê a Resolução 20/2007. As comissões de fiscalização e orçamento não tiveram nada a relatar. No item D da pauta a presidente Maria Inês explicou que foi encontrado o Plano de Monitoramento e Avaliação pela gestão. A Presidente continuou sua fala explicando que o plano ainda terá que ser aprimorado a fim de adequá-lo a Política Nacional de Assistência Social. A Conselheira Maria de Lurdes Silveira explicou que será formada uma comissão de estudos para as modificações do atual Plano, propondo que seja escolhido um Conselheiro do CMAS para participar do grupo de trabalho. A Conselheira Simone se candidatou. Foi mencionado pela Conselheira Fernanda Pape a importância de um conselheiro representante de entidade não governamental também estar participando. Desta forma, foi solicitado aos representantes de várias entidades não governamentais quem gostaria ou poderia participar do grupo de construção do Plano de Monitoramento e Avaliação. No entanto, nenhum conselheiro dispunha de tempo para tal. Sendo

assim, a presidente Maria Inês se colocou a disposição. Aprovado. No item E da pauta, a assistente social da Gestão e conselheira Fernanda Pape fala sobre a importância da participação do CMAS na construção da Política Municipal de Assistência Social. Neste momento, a conselheira Maria de Lurdes Silveira diz que a conselheira Esther L. Lemos já está prestando apoio a Gestão neste processo e solicita mais um representante do Conselho para participar desta construção e o conselheiro Lauro E. dos Santos se dispõe a participar desta comissão de trabalho. Aprovado. Na sequência a presidente pede a inversão de pauta da G para F e passa informações sobre a capacitação dos conselheiros e ressalta a riqueza do projeto e apresenta novamente os temas a serem abordados em cada módulo do projeto, enfatizando que o primeiro módulo acontecerá na data de amanhã dia seis de maio e será na Casa da Cultura, lembra que ainda é possível inscrever-se. Em seguida o conselheiro Lauro E. dos Santos apresenta o cronograma de execução da capacitação e a secretária executiva do Conselho diz que está com as fichas de inscrição para os conselheiros se inscreverem até o final da reunião. No item F da pauta, a diretora de Gestão e conselheira Maria de Lurdes inicia a apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para 2011 com a participação da Diretora de Planejamento Regina N. Ikeda. Maria de Lurdes destaca que a LDO deve ser apresentada e aprovada todos os anos e diz que esta contempla as ações que estão previstas no PPA e não pode ser alterada quanto ao seu conteúdo, apenas remanejar ações e orçamento, quando necessário, e faz alguns esclarecimentos quanto aos objetivos da LDO e apresenta as metas e ações a serem desenvolvidas pelo poder público na área da Assistência Social. Inicia então a apresentação pela unidade 001 do Gabinete da Secretaria de Assistência Social, programa 02 de apoio administrativo para gestão da Política de Assistência Social com valor previsto de R\$ 3.198,000,00 (três milhões, cento e noventa e oito mil reais); no Programa 43 de atendimento a criança, ao adolescente e jovens em níveis de Proteção Social Básica -PSC e Proteção Social Especial - PSE, para manutenção do Conselho Tutelar é previsto o valor de R\$ 143.352,28 (cento e quarenta e três mil, trezentos e cinquenta e dois reais e vinte e oito centavos); no projeto de infraestrutura para programa de atendimentos a crianças, jovens e adolescente através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, na PSB e PSE tem previsão de R\$ 2.300,000,00 (dois milhões e trezentos mil reais); nos serviços de atendimento à criança, ao jovem e ao adolescente em níveis de PSB e PSE no FMDCA está previsto o valor de R\$ 1.629.533,72 (um milhão, seiscentos e vinte nove mil, quinhentos e trinta e três reais e setenta e dois centavos); no projeto atividade para infraestrutura para programas de atendimento a crianças, jovens e adolescente no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS nos níveis de PSB e PSE com valor de R\$ 4.300,000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais), neste item, Regina N. Ikeda ressalta que os fundos – FMAS e FMDCA devem aparecer separados na LDO; no programa 42 para efetivação dos direitos da pessoa idosa em nível de PSB para implantação de estrutura física para programas da terceira idade tem valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais); na atividade 02 de atenção à terceira idade em nível de PSB e PSE prevê um valor de R\$ 916.500,00 (novecentos e dezesseis mil e quinhentos reais); neste item houve questionamento em relação a ação de contratação de cuidador de idosos para o Centro Dia, com a justificativa de que esta ação pertence a área da Saúde, sugerindo então a retirada desta ação. Aprovado a retirada desta ação. A conselheira Ruth Lemes Palma comenta sobre a declaração da Promotora no jornal em relação a falta de uma política municipal de atendimento aos moradores de rua. Neste momento o conselheiro Lauro Edvino diz que é necessário que haja uma alteração no orçamento para contemplar a construção e efetivação da política de atendimento aos moradores de rua. Então Regina N. Ikeda diz que o procedimento é solicitação de alteração na LDO, a qual será apresentada e aprovada até trinta de junho do ano corrente. A assistente social do CREAS II, Sandra C. Muniz, diz que já existe esta discussão no Departamento de Proteção Especial e que na próxima reunião poderá ser apresentado as ações do CREAS II. Em seguida a conselheira Simone B. Ferrari fala sobre a nomenclatura que aparece no orçamento devem ser adequados ao previsto na Política de Assistência Social conforme a tipificação dos serviços de PSB e PSE. Após discussão, concluiu que a ação de atendimento aos moradores de rua está contemplada no orçamento destinado ao CREAS II. Na atividade 003 de manutenção, conservação das estruturas físicas dos CERTIs e dos Centros de convivência dos Idosos na PSB está destinado um valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); no projeto atividade 004 para infraestrutura física em nível de PSE para atender idosos com algum grau dependência e vítimas de violência e maus tratos, tem-se previsto o valor de R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais); no programa 44 de PSB para

efetivação de direitos da pessoa com deficiência um valor de R\$ 177.010,00 (cento e setenta e sete mil e dez reais); no projeto 002 de infraestrutura para programas de atendimento a pessoas com deficiência para investimentos em instituições, entidades e associações socioassistenciais que atendem este público com valor de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais); no programa 45 de atendimento as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social e incentivo aos grupos organizados em nível de PSB e PSE tem previsto um valor de R\$ 754.402,00 (setecentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e dois reais); na atividade 002 de manutenção e conservação das estruturas físicas das unidades de Assistência social em nível de PSB e PSE tem previsto um valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais); no projeto 003 de infraestrutura de CRAS e CREAS em níveis de PSB e PSE a previsão de 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); na atividade 004 de serviços de calamidade pública e emergência há previsão de R\$ 17.200,00 (dezessete mil e duzentos reais); no programa 52 de aprimoramento de gestão, apoio e incentivo as instâncias descentralizadas e participativas, na atividade 001 de apoio e incentivo aos órgãos de controle social e de defesa de direitos há previsão de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), neste item a conselheira Rejane L. Neumann, questiona se está contemplado outro espaço físico ou adaptação para o Conselho Tutelar, tendo em vista que já existe uma discussão sobre a falta de acessibilidade e de acústica para o sigilo dos atendimentos. Neste momento Regina Ikeda diz que esta ação de adequar o espaço físico não é da área da Assistência Social e sim da Secretaria da Administração. A conselheira Simone Ferrari enfatiza que tem que se prever um espaço para o Conselho Tutelar e não apenas uma sala. Neste sentido, Regina Ikeda menciona que é importante conter esta ação pois o valor pode ser adicionado ao orçamento, se necessário. Na atividade 002 de aprimoramento de gestão da política de Assistência social apresenta um valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). Em seguida, a conselheira Rejane L. Neumann retoma ao assunto sobre os moradores de rua e questiona se haverá mudanças neste orçamento para construção de albergue municipal. A assistente social do CREAS II e conselheira Sandra C. Muniz responde ao questionamento dizendo que, provavelmente, não haverá esta inclusão no orçamento, pois o serviço de atendimento a este público está sendo implantado e já existe um albergue na cidade que faz parte da rede socioassistencial e recebe recuso público para atender esta demanda. O conselheiro Lauro E. dos Santos pergunta a Regina Ikeda se os valores aqui apresentados representam o teto no orçamento e se é possível que o Administrador corte ou diminua alguns valores? Regina responde que sim, representa o teto, porém, para realizar cortes ou modificações neste orçamento será necessário ser apresentado e aprovado por este Conselho. A presidente Maria Inês Mânica põe para aprovação a LDO, a qual é aprovada. No item H da pauta, sobre informes gerais, o conselheiro Felipe H. Zanini, representando a Secretaria de Agropecuária e Abastecimento, faz a apresentação da PAA – Programa de Aquisição de Alimentos “Compra Direta”, em relação a quantidade de produtos que as Entidades irão receber e explicou que “diminuiu” a quantidade devido ao percentual e tempo de repasse, justificando que o valor repassado permaneceu o mesmo do convênio passado e serão repassados de junho/2010 à dezembro/2011. Explicou que a distribuição foi realizada com base no percentual de atendimento de cada uma, considerando o atendimento total realizado por todas. Apresentou também a resolução 39 da CONAB, a qual fixa os parâmetros de preços por produto a ser pago ao agricultor. Antes de finalizar a reunião, a diretora de Gestão e conselheira Maria de Lurdes Silveira comentou que foi enviado um ofício a APADA solicitando um relatório nominal de atendimentos, a fim de esclarecer o que foi levantado na última reunião extraordinária: que a APADA não estaria atendendo a quantidade declarada e as metas que recebe de subvenção de recursos públicos. A assistente social do Departamento de Gestão e conselheira Fernanda Pape também pediu a palavra e lembrou aos Conselheiros que a Análise Situacional e as Propostas do Planejamento de Assistência Social que devem constar no Plano Municipal de Assistência Social foram modificadas e enviadas por e-mail aos Conselheiros e que espera algum retorno, caso contrário, provavelmente terá que ser marcado duas reuniões extraordinárias: uma para propostas sobre o e-mail enviado e outra para aprovação do Plano, que será realizado após a devolutiva da SETP, no final do mês de maio. A Conselheira Loiva F. Bortolanza sugeriu que isso fosse discutido no dia seguinte, em momento específico durante a capacitação dos conselheiros. Foi argumentado por outros conselheiros que iria atrapalhar a programação já estabelecida. Então, ficou estabelecido que os conselheiros leiam e enviem as sugestões por e-mail para realizar a aprovação em reunião extraordinária deste Conselho, pois o prazo para reformulação é até trinta de maio. Nada mais havendo a tratar, a presidente Maria Inês B. Mânica encerra a reunião às dez horas e quarenta

minutos, agradecendo a presença de todos e desejando um bom dia de trabalho. Eu, Tania R. S. Midding, Secretária Executiva, encerro a presente ata, a qual será assinada por mim e pelos demais presentes.

APROVADA